

# CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE GARIMPEIROS NO BRASIL

**Nilo da Silva Teixeira**

Bolsista de Iniciação Científica, Geografia, UFRJ

**Maria Helena Rocha Lima**

Orientadora, Economia Mineral, D. Sc.

## **Resumo**

*As mudanças realizadas na Constituição de 1988 alteraram a legalidade da atividade garimpeira, obrigando os garimpeiros a se inserirem em organizações. Essa exigência descaracterizou o garimpeiro como trabalhador individual, que passou a ser sócio de organizações. Por outro lado, as*

*organizações são formadas apenas para cumprir a lei, não havendo uma unidade entre os garimpeiros, que possuem uma cultura individualista. Através das organizações de garimpeiros o Poder Público procura reforçar que a forma associativa é a mais adequada dos pontos de vista econômico, social e ambiental.*

## **1. Introdução**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativa. As cooperativas têm prioridade na obtenção de autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis. A Lei n. ° 7805/89 instituiu o regime de permissão de lavra e eliminou o regime de matrícula dos garimpeiros. Garimpeiro é todo trabalhador que presta serviços de extração mineral em cooperativas de garimpeiros ou que produza individualmente substâncias minerais.

A atividade garimpeira contribuiu para a formação do território nacional na época colonial, contudo hoje, os garimpeiros vêm perdendo seu campo de trabalho. A presença de empresas de mineração nas regiões tradicionalmente ocupadas pelos garimpeiros mecanizou o trabalho, acentuando o desemprego nos garimpos. As áreas mais promissoras estão sendo concedidas, por títulos mineiros, às empresas de mineração, expulsando eventuais garimpeiros que estejam ocupando as terras que antes eram passíveis de serem exploradas.

A perda de espaço do pequeno minerador se justifica ainda perante a dificuldade em encontrar áreas que ainda lhe ofereçam algum lucro. O esgotamento e a queda das

jazidas aluvionares e superficiais, além das pressões ambientais exercidas pelo governo, dificultam o trabalho dos garimpeiros.

Estima-se um total de 300.000 garimpeiros ativos em todo o país, segundo o Levantamento Nacional dos Garimpeiros de 1993. A maioria encontra-se nas frentes do garimpo de ouro na Amazônia. O restante trabalha nas áreas de ocupação antiga, produzindo bens minerais diversos. São originários predominantemente do meio rural e se dedicam à agricultura como alternativa a garimpagem. Destaca-se ainda a absorção de trabalhadores que não estão inseridos na economia formal.

## **2. Objetivo**

Este estudo tem como meta analisar e diferenciar os diversos tipos de organizações atuantes nas áreas de garimpo. A Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço, o Sindicato Nacional dos Garimpeiros e a Associação dos Mineradores do Tapajós foram as organizações estudadas.

A Lei n.º 7805/89 introduziu significativa mudança na atividade garimpeira. Anteriormente o garimpeiro possuía uma matrícula que permitia a produção e comercialização do seu produto, entretanto esse regime foi alterado com a instituição da permissão de lavra garimpeira, que descaracterizou o garimpeiro como trabalhador individual, favorecendo a formação de cooperativas. Apresentou como conseqüências a perda de direitos como pensão, aposentadoria e carteira assinada, excluindo os garimpeiros das leis trabalhistas. Todas essas mudanças dificultam o trabalho dos garimpeiros.

## **3. Metodologia**

O presente estudo faz parte de um trabalho mais amplo chamado “Organização e Institucionalidade na mineração em pequena escala e artesanal na América Latina e Caribe - o caso do Brasil” executado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), que teve como entidade promotora o MPRI/IDRC – Mining Policies Research Initiative/International Development Research Center do Canadá e como entidade coordenadora a EKAMOLLE, organização não governamental do Peru. Foram estudadas as características das organizações MPE de pequena mineração em cinco países da América Latina. A diferenciação entre os diversos tipos de organizações faz parte do trabalho executado no Brasil, Peru, Equador, Colômbia e Bolívia.

Dentre as atividades executadas constam:

- Pesquisa bibliográfica;
- Coleta de dados em diagnósticos e levantamentos sobre garimpos;

- Trabalho de campo realizado por pesquisadores e consultores do CETEM. O trabalho foi organizado em etapas distintas, tendo como estudos de caso o garimpo de ouro na reserva garimpeira de Itaituba e o garimpo de gemas em Teófilo Otoni. Foram utilizadas fontes primárias através de entrevistas individuais e uma reunião com os diversos atores;
- Elaboração de mapa no programa ARCVIEW 3.2a.

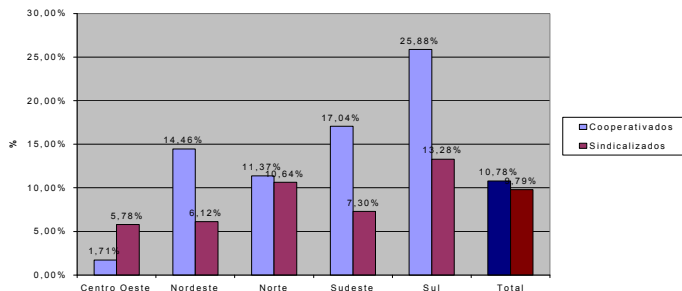
#### 4. Discussão

Entende-se por organização, o cumprimento de determinadas funções por diferentes partes. Expressa um ordenamento de relações que produz uma totalidade dotada de atributos que não se obtém isoladamente, sendo que os elementos diversos passam a ser parte de um todo, emergindo novas propriedades. Uma organização surge quando um grupo estabelece entre si um tipo de comunicação e coordenação para enfrentar um problema comum e conquistar um objetivo definido (¿Qué son las Organizaciones?).

Uma forma de organização do trabalho considerada como ideal para a formação de cooperativas consiste na existência do dono da terra, o dono do serviço, que contrata os garimpeiros fornecendo moradia e alimentação e os garimpeiros. Nessa parceria geralmente 20% do valor das gemas destina-se ao dono da terra, 40% ao dono do serviço e os outros 40% aos garimpeiros.

Segundo o Levantamento Nacional dos Garimpeiros (1993), apenas 9,19% dos garimpeiros eram sindicalizados e 10,79% se organizavam em cooperativas, estando de acordo com a Constituição de 1988. Em áreas onde há pressão sobre os garimpeiros, como reservas indígenas, um número maior se organiza em sindicatos (Regiões Centro – Oeste e Norte). Em áreas relativamente estáveis, há uma tendência maior na organização em cooperativas (regiões Nordeste, Sudeste e Sul), conforme se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1 : Situação Classista dos Garimpeiros por Região



Fonte: Levantamento Nacional dos Garimpeiros, 1993.

As organizações se diferenciam segundo o grau de formalização e sua estrutura social, ou seja, quando prevalece a formalização, as normas de comportamento estão definidas independente das características pessoais de cada indivíduo. A tabela abaixo apresenta os tipos de organizações e algumas de suas características básicas (SULMONT, D. Análisis Organizacional).

*Tabela 1: Classificação Básica das Organizações*

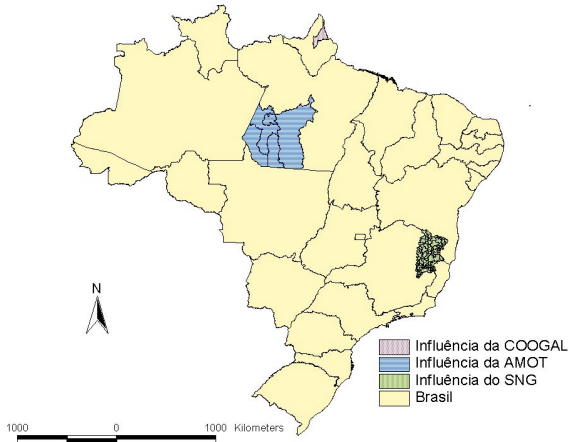
<i>Tipo de Organização</i>	<i>Centro de Poder</i>	<i>Objetivos Centrais</i>	<i>Principais Beneficiários</i>	<i>Exemplos</i>
Associação de benefício mútuo	Os próprios membros	Oferecer serviços	Os próprios membros	Cooperativas, associações, clubes
Organização lucrativa	Proprietários e promotores	Benefícios pecuniários	Proprietários, pessoal, clientes	Empresas
Organização de serviços básicos	Associados e promotores	Oferecer serviços básicos	Público: pessoas e comunidade	Escola, universidade, hospital
Associação civil sem fins lucrativos	Promotores institucionais, doadores	Promoção de valores e trocas	População objetiva	Associações civis, ONGs, fundações
Associação de voluntários	Membros ativos e dirigentes	Representar interesses e exercer pressão	Membros e grupo de pessoas representadas	Partidos, grêmios, sindicatos
Administração pública	Estado, governo	Governar, administrar e assegurar o bem estar público	Comunidade, cidadãos	Ministério, município

*Fonte: ¿Qué son las organizaciones?*

A identificação do tipo de organização nas quais se enquadram as organizações apresentadas é importante para análise feita a seguir.

As três organizações apresentadas neste estudo têm como característica a representação dos garimpeiros diante de terceiros, não se envolvendo no processo de produção. No mapa 1 pode-se observar as áreas sob influência de cada organização.

Mapa 1: Garimpos sob Influência de Organizações



Fonte: Limites Estaduais e Sedes Municipais (IBGE, 1998).  
Informações obtidas em bibliografias sobre cada organização

#### 4.1 Sindicato Nacional dos Garimpeiros

Apesar de ser uma organização de nível nacional, atualmente sua atuação está restringida a região Nordeste de Minas Gerais, principal área produtora de gemas do país. Seus principais associados são os garimpeiros, e conta ainda com lapidários, corretores de gemas, ourives ou fornecedores de insumos. O Sindicato não possui títulos minerários, atua indicando garimpeiros para cooperativas e empresas.

O Sindicato Nacional dos Garimpeiros (SNG) surgiu no governo Getúlio Vargas, com o objetivo de legalizar as mercadorias exportadas, devido à mudança nas leis de exportação. A forma encontrada foi formar uma associação, que deu origem a um sindicato nacional para acolher todos os garimpeiros. Atualmente o Sindicato não possui praticamente nenhum patrimônio, funcionando numa sala cedida por uma igreja, no município de Teófilo Otoni em Minas Gerais.

Os membros do Sindicato são iguais perante a instituição, não havendo distinção em nenhum quesito. A média geral de escolaridade é baixa, sendo que a maioria não tem o primeiro grau completo.

O Sindicato funciona como um apoio, procurando resolver conflitos entre garimpeiros, donos de terra, empresas de mineração, órgãos do governo, etc., além de sua função

social (marcação de consultas médicas e doação de cestas básicas), informar sobre postos de trabalho nos garimpos próximos, direitos trabalhistas e sobre a legislação vigente.

Atualmente o presidente é a figura fundamental para o funcionamento do Sindicato. A ausência de remuneração ou a impossibilidade de obter alguma vantagem apontam como as causas da falta de interesse dos demais diretores da instituição em participar da administração do Sindicato. Os próprios garimpeiros não são atuantes, preocupando-se apenas em receber benefícios.

A falta de verba do Sindicato se deve às más administrações passadas e a precária condição financeira dos garimpeiros, que estão incapacitados de contribuir anualmente para a sua manutenção. Os membros do Sindicato não obtêm financiamento de órgão públicos e privados, tendo em vista que a organização não possui meios de validar transações financeiras.

O Sindicato caracteriza-se como uma organização do tipo associação de voluntários ou de benefício mútuo, tendo membros ativos e dirigentes no poder. Tem como objetivo central representar os interesses dos garimpeiros e prestar serviços, apesar de não estar ligado à atividade de produção.

## **4.2 Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós**

Fazem parte da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT) os garimpeiros, comerciantes de ouro e materiais específicos de garimpagem, profissionais da área de garimpo e os demais envolvidos com os bens minerais no vale do Rio Tapajós. O município de Itaituba, Estado do Pará, abriga a sede da AMOT (Estatuto AMOT).

Tem por objetivo procurar diminuir os custos na aquisição de insumos e bens de consumo de seus associados, se empenha na criação de linhas de crédito para lavra garimpeira, além de oferecer:

*“Cursos e estudos direcionados, identificar e produzir novas tecnologias minerais, patrocinar e acompanhar a legalização das áreas garimpadas dos associados, no propósito de sempre melhorar o aproveitamento e economicidade na exploração dos bens minerais e procurando harmonizar a produção mineral com a preservação ambiental” (Estatuto AMOT).*

A Associação atua protegendo os interesses particulares dos garimpeiros, destacando-se alguns conflitos com as madeireiras. Tem boas relações com as agências governamentais locais, sendo que alguns membros das agências do governo local fazem parte da AMOT.

A incerteza sobre a posse da terra pelos garimpeiros e o não reconhecimento dos direitos formais e informais dos garimpeiros pelas companhias de mineração, levaram os grupos de donos de garimpo a discutirem sobre as vantagens de formalização. A AMOT surgiu como sindicato de mineradores, que passou a cooperativa e depois a associação.

O processo de formalização é associado à legalização, sendo uma base estrutural, envolvendo, no caso da pequena mineração, a obtenção de títulos e documentos que permitam o exercício da atividade. A obtenção de direitos minerários (permissão de lavra garimpeira) seria similar aos obtidos pelas companhias de mineração.

No início da década de 90, surgiu a AMOT, mediante o interesse em firmar parceria com companhias de mineração, havendo a necessidade de criação de um mecanismo de interação entre os vários garimpos, portanto uma estrutura mais flexível, visando assistência técnica e os processos de pesquisa de extração mineral.

A AMOT, assim como o SNG, é uma associação de voluntários e de benefício mútuo, que tem como objetivo central representar seus associados, oferecendo apoio na obtenção de insumos e bens de consumos.

### **4.3 Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço**

O garimpo de Lourenço, situado no município de Calçoene ao norte do Estado do Amapá, foi descoberto em 1893 e mostrou-se uma área muito promissora, atraindo logo muitos garimpeiros, que obtinham sua subsistência (MATHIS). Essa região passou por um processo de atuação das empresas formais, por um período aproximado de cinco décadas e na década de 90 passou por um processo inverso, no qual as empresas abandonaram a área, permitindo a volta dos garimpeiros. Essa retirada deu-se devido a crises na extração de ouro, cromita e manganês.

A Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço surgiu após a saída da grupo Mineração Novo Astro. O Ministério Público apurou os problemas causados na área pela empresa. No relatório de transferência de cessão foi constatada a insuficiência de depósito aurífero, o risco de poluição das nascentes dos rios e a falta de conhecimento e tecnologia para a extração de ouro primário por parte da cooperativa. Apesar dos problemas citados, a atuação da COOGAL foi permitida pelos órgãos públicos responsáveis, em novembro de 1997. Somente em 2002 os impasses foram resolvidos perante o governo (MATHIS).

A Cooperativa sempre apresentou uma divisão interna. Um grupo era representado pelos donos de maquinários e de cantina (capital) e o outro por garimpeiros e peões (trabalhadores). MATHIS sugere como solução para esse conflito, a máxima homogeneização da estrutura social dos cooperados, definindo sua

representatividade (como donos ou trabalhadores). Pode-se ainda distinguir por separação das relações de trabalho dentro da cooperativa (relação capital - trabalho). Isso significa que a diretoria e os cooperados devem exercer treinamentos para a formação de uma cultura interna e o bom funcionamento da cooperativa.

MATHIS sugere ainda a transformação da COOGAL em uma liderança num processo de desenvolvimento local sustentável, tarefa que ultrapassa a capacidade da atual diretoria, oferecendo melhores oportunidades para seus sócios. A parceria com as organizações privadas, públicas e terciárias se fazem necessárias, envolvendo contribuições financeiras, técnicas e organizacionais baseadas em relações de confiança mútua.

Define-se por cooperativa de garimpeiros uma sociedade civil integrada por garimpeiros registrados, sem fins lucrativos, não sujeita à falência, constituída para a extração, beneficiamento e comercialização em comum de substâncias minerais garimpáveis. As cooperativas garimpeiras podem obter autorização de pesquisa e concessão de lavra. A COOGAL é uma organização de benefício mútuo, tendo os próprios membros na direção da Cooperativa.

## **5. Conclusão**

As áreas já exploradas e pouco promissoras são as que restam aos garimpeiros. A lei prioriza concessão de lavra a organizações formais, sendo essencial o amadurecimento político dos garimpeiros que passam a atuar em conjunto, visando a formação de cooperativas, associações ou organizações nestes moldes.

Apesar do cooperativismo ser visto como a salvação dos garimpeiros, seus princípios básicos vão contra a tradicional organização dos garimpeiros, destacando principalmente a divisão dos lucros igualitária entre todos os componentes da cooperativa. Nos garimpos as pedras pertencem a quem as achou. Historicamente os garimpeiros sempre tiveram um sonho individual de enriquecimento rápido, enquanto que num modelo de divisão dos lucros, essa mentalidade é praticamente inviável. As cooperativas são criadas apenas para efeito de se trabalhar de acordo com a lei.

No cooperativismo ocorre a perda dos direitos trabalhistas, pois o integrante é sócio – proprietário. Outro problema a ser destacado é a falta de confiança dos garimpeiros neste tipo de organização. Nos casos que chegam ao seu conhecimento, apenas os diretores tiram vantagem, pois as pedras são entregues nas mãos da diretoria, além do risco da venda da permissão de lavra por algum diretor.

Vale ainda ressaltar a falta de apoio das autoridades governamentais competentes, em assistência técnica a esses trabalhadores, que são desprovidos em sua grande



maioria, dos meios necessários a formação de cooperativas tanto nos aspectos jurídico, financeiro e administrativo.

O êxito das organizações de garimpeiros depende da formação de parcerias com organizações privadas, governamentais e do terceiro setor, envolvendo ainda contribuições financeiras e técnicas. Essas iniciativas podem fazer com que as organizações sejam capazes de promover um processo de desenvolvimento sustentável local, oferecendo oportunidades melhores a seus associados.

## **6. Bibliografia**

BARRETO, M. L. , “Formalização da Mineração a Pequena Escala (MPE) na América Latina e Caribe” págs. 18 – 29. Estudo Financiado pelo Programa Mineria Artesanal y en Pequeña Escala (MPE) do ODRC/CRDI/MPRI/IIPM. Julho de 2003.

BARRETO, M. L. , DAMASCENO, E. C. , “Garimpo de Ouro no Brasil: Desafios de Legalização” Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Minas. São Paulo, 2000.

GEOAGRO CONSULT ENGENHARIA LTDA, “Diagnóstico Setorial Gemas e Jóias do Nordeste do Estado de Minas Gerais” Associação dos Comerciantes e Exportadores de Gemas e Jóias do Brasil. Minas Gerais, Teófilo Otoni, Set./1993.

KURAMOTO, J. , “Avances en el Desarrollo de la Matriz de Seguimiento de Fortalecimiento Organizacional” Investigación en Red sobre Organización e Institucionalidad en la MPE y Artesanal IIPM – IDRC. Ekamolle, Taller Regional Final, 2004.

LEVANTAMENTO NACIONAL DOS GARIMPEIROS, Relatório Analítico. Ministério de Minas e Energia – Secretaria de Minas e Metalurgia – Departamento Nacional da Produção Mineral. Brasília, 1993.

MATHIS, A. , SILVA, E. G. , “Lourenço – O Desafio de se Tornar Sustentável” In: “Pequeña Minería y Minería Artesanal en Iberoamérica” págs. 11 – 21, Rio de Janeiro: CETEM/CYTED/CONACYT, 2003.

SULMONT, D. , “Análisis Organizacional” Capítulo 1: ¿Qué son las Organizaciones? – págs. 1-22. Taller Regional: Minería en pequeña escala. Lima, 6 de mayo del 2003.

Lei n. ° 7805-89. In: [http://www.dnpm.gov.br/dnpm\\_legis/l7805-89.html](http://www.dnpm.gov.br/dnpm_legis/l7805-89.html)

Constituição Federal de 1988. In: [http://www.dnpm.gov.br/dnpm\\_legis/dnpm\\_ju8.html](http://www.dnpm.gov.br/dnpm_legis/dnpm_ju8.html)